

Apenas em caso de devolução desta correspondência
remeter para:
Apartado 8291
EC CABO RUIVO
1803-001 LISBOA

Injunção .º 151342/15.2YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Contactos directos:

Rua de Camões, 155
4049-074 Porto

Telef.: 220949310 a 19

Fax: 220949505

NIF: 600083551

Registo CTT: RN726254749PT

Exmo. Senhor

Equiambi - Equipamento Serviço e Gestão Ambiental,
Soc. Unip., Lda.

Rua Praia dos Santos, 30

Ponta Delgada

9500-706 PONTA DELGADA - FUNCHAL

Registado com A.R.

NOTIFICAÇÃO

Injunção nº: 151342/15.2YIPRT	Refª: 800 194 893 353	Data: 24-11-2015
Requerente(s): Correia & Correia, Lda Morada: Zona Industrial da Sertã, Lote 45, 6100-711 SERTÃ		
Mandatário(s): Gabriel Sobral Dias (Tel: 222432909) Morada: Rua Gonçalo Cristóvão 13 - 6º Esq, 4000-267 PORTO		
Requerido(s): Equiambi - Equipamento Serviço e Gestão Ambiental, Soc. Unip., Lda.		

Assunto: Notificação para pagamento ou oposição.

O requerente acima identificado apresentou no Balcão Nacional de Injunções um requerimento de injunção, onde Vª. Ex.ª figura como requerido (devedor), solicitando que lhe seja pago o montante de €3153.95, correspondente à quantia pedida, acrescida da taxa de justiça por ele paga, conforme discriminação e causa a seguir indicadas:

Capital: 2277.53 Juros de mora: 625.42 à taxa de: 0.00% desde
até à presente data; Outras quantias: 200.00 Taxa de Justiça paga: 51.00

Contrato de: Fornecimento de bens ou serviços

Data do contrato: 17-08-2012 Período a que se refere: 17-08-2012 a 23-11-2012

Exposição dos factos que fundamentam a pretensão:

No âmbito da sua actividade comercial e da prestação de serviços solicitada pela Requerida à Requerente, em consequentes destes, a Requerente emitiu as facturas - abaixo discriminadas - à Requerida, da qual esta não reclamou mas que, porém, não foram liquidadas na respectiva data de vencimento, nem posteriormente, facto que fundamenta o crédito que ora se reclama:

- Factura n.º 002/90950 emitida em 17-08-2015 no valor de 1.070, 45 €

- Factura n.º 002/94218 emitida em 23-11-2012 no valor de 2.781, 33 €

Não obstante as sucessivas interpelações para o pagamento das referidas facturas, deduzidos os pagamentos efectuados em 18.07.2014, 16.09.2014 e 09.01.2015, dos montantes de € 55, 91, € 759, 17 e € 759, 17, constata-se que a mesma continua devedora à Requerente da quantia global de € 2.277, 53, a título de capital em dívida, acrescido dos juros de mora que, na presente data, perfazem a quantia de € 625, 42.

A quantia de 200, 00 € indicada em 'Outras Quantias', acrescida ao capital acumulado, refere-se à indemnização prevista no n.º 3 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro

Fica, pois, por este meio notificado de que tem o prazo de 15 dias* para:

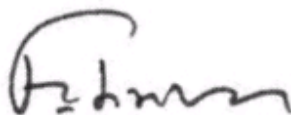
- a) Pagar** ao requerente o montante por este solicitado; ou
- b) Deduzir oposição a essa pretensão, caso em que o Balcão Nacional de Injunções remeterá os autos à distribuição no tribunal competente.

Faz-se notar, no entanto, que a dedução de oposição cuja falta de fundamento não deva ser ignorada por si determina a condenação - na sentença que vier a ser proferida na acção declarativa que se lhe seguir - em multa de valor igual ao dobro da taxa de justiça devida nessa acção.

Findo o referido prazo de 15 dias sem que tenha efectuado o pagamento do montante acima indicado ou deduzido oposição:

- a) Será aposta fórmula executória no requerimento de injunção, tendo o requerente a faculdade de intentar contra si acção executiva; e
- b) Passa ainda a dever juros de mora à taxa legal desde a data da apresentação do requerimento de injunção e juros à taxa de 5% ao ano a contar da data da aposição da fórmula executória.

O Escrivão de Direito



(Fátima Mendes)

* - O prazo acima indicado corre continuamente a partir da data da assinatura do aviso de recepção, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais, que decorrem de 22 de Dezembro a 3 de Janeiro, do domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de Julho a 31 de Agosto. Se o prazo terminar em dia em que os tribunais estiverem encerrados, o seu termo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte. ** - QUERENDO EFECTUAR O PAGAMENTO, DEVERÁ FAZÊ-LO AO REQUERENTE.